



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1712/2005

Altera o disposto nos arts. 4º, I e II, e 11 da Lei Municipal nº 1691, de 18 de março de 2005, e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o disposto nos arts. 4º, I e II, e 11 da Lei Municipal nº 1691, de 18 de março de 2005, que estabelece regime especial para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e arts. 106 e 107 da Lei Orgânica Municipal, com a redação alterada pela Emenda nº 03, de 02 de março de 1994, e insere parágrafo único ao referido art. 11.

Art. 2º Os incisos I e II do art. 4º da Lei 1691, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º [...]

[...]

I – seis meses, nos casos dos incisos I, II e V do caput do Art. 2º;

II – um ano, nos casos dos incisos III, IV e VIII do caput do Art. 2º;”

Art. 3º O art. 11 da Lei 1691, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei, no que couber, o disposto nos arts. 141 a 145; 146, alíneas “b” e “e”, e §§ 1º e 5º; 147 a 149, parágrafo único; 201 a 203, 205 a 208; 220, alíneas “a” e “b”; 236 a 243; e 271, incisos I, IV e VI, e parágrafo único; 272, 274, e 277 a 283 da Lei nº 234, de 01 de outubro de 1959, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, sem prejuízo dos acréscimos pecuniários específicos previstos em Lei.”

Art. 4º Fica inserido no art. 11 da Lei 1691, de 2005, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. Aos contratados por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses, na forma desta Lei, fica assegurado o direito ao recebimento de décimo terceiro salário e ao gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que a remuneração normal.”

Art. 5º Permanecem inalterados e vigentes todos os demais termos, prazos e condições da Lei 1691, de 2005, que não tenham sido expressamente alterados pela presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os contratos regidos pela Lei 1691, de 2005.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 8 de julho de 2005.

Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Leonardo Vilhena Viana  
Secretário de Administração